II Reunião do GT de Políticas Públicas

31 de maio de 2005 *** Relatoria: Deuzani Candido Noleto *** Local: Brasília – DF

A. Participantes

Allan Azevedo – Centro Josué de Castro

Deuzani Candido Noleto – Secretaria Executiva do FBES

Dione manetti – Senaes

Francisco Lucena – ADS/CUT

João Batista Prestes – Fórum Amazonas

Jorge Nascimento – Senaes

Romeu Lemos – Rede de Itcp's

Sandra Fae Praxedes – Rede de Gestores

B. Pauta

- 1) Centros Públicos
- 2) Avaliação do papel do GT, pensar contribuições além dos Centros Públicos

C. Centros Públicos

C.1. Termo de Referencia

- Foi modificado a partir das modificações sugeridas na ultima reunião do GT em abril;
- Os Fóruns Estaduais não enviaram contribuições de modificações;
- O novo Termo de Referencia será divulgado na Rede de Gestores, Prefeituras e Governos de Estado, Pagina da Senaes na Internet, Pagina do FBES na Internet
- Sugestões atuais - Nesta reunião o GT solicitou a inclusão das modificações abaixo relacionadas:
 - Objetivo: que os Centros Públicos sejam espaço de integração de políticas públicas, como definido na reunião anterior;
 - Objetivo: Articular o potencial organizativo (os instrumentos que já estão sendo utilizados) local para fortalecimento da Economia Solidária. Que o Centro Público seja algo amplo que incorpore a diversidade;
 - Atribuições do Conselho Geral de Gestão: Que sejam mais orientativas às luz dos objetivos, utilizar o verbo orientar ao invés do verbo decidir. Transferir o item “decidir sobre as atividades e eventos a serem realizadas” para a Coordenação Executiva.
 - Implementação: Retirar o parágrafo sobre a audiência pública e criar outro item para este assunto. Incluir no parágrafo “e uma representação do movimento de Economia Solidária local”.

C.2. Recursos

- A operacionalização do recursos para os Centros Públicos será via Caixa Econômica Federal;
- Não são empenhados, vão sendo pagos à medida que os projetos são aprovados;
- Não estarão disponíveis antes de setembro, devido ao planejamento do Ministério do Trabalho que redistribui o uso dos recursos entre as Secretarias;
- O montante dos recursos é em torno de 2 milhões;
- Serão priorizados projetos de menor valor;

C.3. Calendário

Atividade	Data	Responsável
Envio do novo Termo de Referência, modelo de plano de trabalho e orientações gerais	Até 10 de junho	Senaes
Apresentação de projetos	Até 15 de julho	Fóruns Estaduais e movimento da Economia Solidária
Seleção de Projetos	Até 10 de agosto	Senaes

Audiências Públicas com os projetos pré-selecionados	Até 31 de agosto	Proponentes dos projetos (prefeituras, órgãos federais) e Senaes
Divulgação da listagem dos projetos aprovados	Até 15 de setembro	Senaes

C.4. Audiência Pública

- As audiências públicas são importantes para auferir a transparência do processo
- Um integrante do GT propõe que a audiência pública seja também para elaborar o projeto para proporcionar um maior envolvimento do movimento, ao que outro retrucou que na audiência aparece como o projeto foi concebido;
- Definido que na audiência apareça como foi concebido o projeto, apresentando também as dificuldades encontradas na sua concepção, que poderá dar o mote de como vai transitar o Centro Público;
- Na audiência pública também aparece se na concepção do projeto houve articulação com o movimentos da Economia Solidária;
- Pode haver também audiências manipuladas, o que pode ser percebido pelas falas e pela representação;
- Os Fóruns Estaduais deverão ser avisados das audiências para que participem, inclusive da composição da mesa.

C.5. Centros Públicos X Centrais de Comercialização:

- Na base o pessoal vê o Centro Público como um local de comercialização;
- A Central de Comercialização pode ser no Centro Público se o mesmo for em local estratégico para comercialização e houver espaço;
- O FBES precisa ter política que dialogue com todos os atores, estado e sociedade civil. Os Centros Públicos é uma estratégia de integração de políticas públicas. É um espaço de multiuso, se puder ter espaço de comercialização, entreposto, ótimo, mas o foco é que seja um instrumento de integração política, espaço de dialogo entre governo e sociedade, possibilita diálogos concretos com outras esferas de governo;
- Centrais de comercialização, este termo surge das experiências, principalmente, Nordeste e Rio Grande do Sul. O elemento não é pensar um instrumento, mas um sistema mais articulado de integração de políticas, aí temos os instrumentos: feiras, centrais de comercialização, centros públicos. As Centrais não tem como objetivo a integração de políticas públicas, mas o relacionamento com o mercado. É um instrumento que se prioriza fazer com ONG's. São instrumentos que podem passar a ter uma vida auto-sustentável, o seu foco é trabalhar negócios solidários;
- Não podemos ter uma concepção engessada dos Centros Públicos, depende da realidade de cada local. Levar em conta a dinâmica de organização local da Economia Solidária. Precisa ter espaço para realização de experiências e para a questão teórica de formação;
- O GT vai trabalhar na perspectiva de que esta discussão está superada.

C.6. Observação

- Os projetos para Centros Públicos deverão ser apresentados pelas prefeituras, governos estaduais e órgãos do Governo Federal;

D. Papel e Contribuições deste GT para Além dos Centros Públicos:

- O foco inicial do GT foi melhorar o Termo de Referência para os Centros Públicos, o que foi concluído nesta reunião;
- Pensar política pública é tarefa deste GT ou da Coordenação Nacional do FBES?
- A proposta de formação deste GT partiu de uma discussão na III Reunião do Conselho Interlocutor em fevereiro sobre o isolamento da Economia Solidária com relação a Sistemas Públicos de Emprego e necessidade de integração das políticas públicas dos amplos setores relacionadas à Economia solidária. Integração nas esferas locais, estaduais e nacional das representações;
- Acabamos de sair de uma proposta mais instrumental. Alguns GT's tem foco mais estabelecido e aglutina. Outros tem papel mais político, de pensar de forma mais ampla
- Para a Senaes o papel deste GT está superado em relação ao Termo de Referência. A sistematização das políticas públicas está passando por outros caminhos. Existe um convenio da Senaes com o IPEA para este trabalho. Criar oficina para mostrar as experiências de Centros Públicos não precisaria

Continuacao da avaliacao do papel do GT

- - Dentro da integração de políticas públicas tem muito a ser feito. Demanda atitudes e comportamentos permanentes. Justifica a existência do GT permanentemente;
- - Entender o que é a política
- - Construir a proposição;
- - Veicular a proposição;
- - Acompanhamento da discussão;
- - Como provocar o debate em outras esferas para tirar a Economia Solidária do isolamento, outros ministérios tem iniciativas na nossa área;
- - Como aprofundar no sentido de trazer proposições e onde colocar este debate;
- - O diagnóstico comum no GT, integração das políticas públicas;
- - Dentro do governo esta sendo feito um nivelamento conceitual, o que pensa a agricultora familiar, a Economia solidária, os quilombolas, etc. estes conteúdos tem que vir para a Economia solidária;
- - Os Centros públicos tom esta dimensão, dialogar dentro do país com este universo urbano e rural, é estratégico, vai organizar o trabalho na ponta, como pensar isto a partir da agenda que foi feita;
- - Ha uma dificuldade de integrar as políticas públicas e dar visibilidade do que está acontecendo. O objetivo do movimento é canalizar a integração de políticas públicas para fortalecer as bases. O universo de demanda e a ansia de atender é grande, ver o que é prioritário enquanto GT;
- - Contribuir não só com sugestões e elaborações, como este GT pode se mobilizar para que as sugestões aconteçam;
- - Como integrar a ação dos diversos atores para dar fortalecimento e visibilidade dos Centros públicos no tempo que resta;
- - Como intervir para integrar e articular os processos de formação das varias entidades que estão trabalhando com a Senaes e MDS;
- - É urgente trazer resultado numa proposição política mais adequada;
- - Mensurar no âmbito local a necessidade de política pública de Economia solidária no município, pode ser produto deste GT. O papel deste GT é afirmar para fora o que já tem, ou seguimos a linha de subsidiar, levantar questões, ou avançamos para proposições?
- - O Fome Zero está sendo reestruturado, as câmaras de políticas sociais reúne todas as secretarias executivas dos ministérios que trabalham com políticas sociais, a ES sempre se colocou como política estruturante do Fome Zero. O PPA tem 230 programas de geração, trabalho e renda, podemos integrar política de emprego, política de transferência de renda, e Centro publico como ponta?
- - Devemos definir pela dinâmica de tempo e de foco. Não ficar no campo muito macro, a natureza de um GT é de debate e não de discussão. O GT precisa ter um produto;
- - A ES está dentro de uma macro linha de desenvolvimento alternativo, por isso vemos várias integrações. Um país de periferia não tem como desenvolver sem envolver o estado. O FBES não tem uma compreensão do papel do estado dentro da construção da ES. Neste sentido trazer esta discussão para dentro do FBES é importante para ajudar na integração das políticas públicas. Senão o FBES vai sempre achar que não tem importância a participação dos gestores. Senão fica no liberalismo, repassa recurso para as ONG's, fica o estado mínimo onde a pobreza é responsabilidade das ONG's, o estado não tem responsabilidade, isto é liberalismo;
- - Devemos encarar de uma vez junto ao FBES o debate do papel de cada segmento dentro do Fórum, criar um espaço que permita aprofundar esta questão, o GT pode encaminhar esta questão;
- - Os Centros públicos aglutina, é espaço interessante, mas é limitado;
- - MTE e MDS tem possibilidades de potencializar políticas, como o GT pode provocar? Debate sobre sistema publico, como integrar?
- - Existe o Programa Economia solidária em Desenvolvimento no MDA e MDS, há cultura forte para encaminhar para geração de trabalho e renda. Tem este programa que já integra. Este programa está nas secretarias do MDS: Inclusão Social e Assistência, no MTE é a Senaes. Está deslocado, isolado, desconectando do nosso publico, a linha é outra;
- - Um GT que tenha representatividade abre dialogo mais receptivo em um ministério;
- - Precisa ser trabalhado sintonia fina entre as muitas demandas que estão colocadas no debate do sistema publico de Emprego. Temos relação institucional nos municípios, estados e federal, criar simetria nas políticas dos ministérios (Minc, MDS, MDA e MTE);
- - GT pode fornecer subsídios para esta sintonia fina, para a integração das ONG's visando a implementação dos Centros Públicos;
- - A preocupação é que os empreendimentos sobrevivam para poder fazer desenvolvimento sustentável, precisa ter resultados;

- - Qual o papel deste GT, é supraarticulação? Ficamos em que espaço? cumprimos o papel de coordenar e organizar a integração? Existem outros GT's que estão trabalhando integração de políticas, como o de finanças solidárias. Subsidiar o que já está acontecendo na ação efetiva? Ter cuidado para não ficar com função dupla com outro GT;
- - Subsidiar o tema política pública para a conferência?
- - Temos duas grandes confluências: Contribuir para dentro do movimento, socialização acumulo, mudar o conceito sobre o papel dos gestores; Ação de integração;
- - Este GT tem um perfil de ser um observador, processo permanente de observação para fazer a integração. Este GT não tem especificidade, sua especificidade seria a própria integração. Não podemos ficar como meros observadores da integração;
- - Esta discussão está apontando uma mudança de paradigma da organização da Economia solidária. Todos no movimento discutem a mesma coisa sem se colocar num plano mais estratégico. REver formas de organização. Num período X fazer uma observação do que estamos dizendo. Como encaminhar estas observações do ponto de vista mais estratégico. Temos ainda um ano e meio para observar. Lembrar que tem uma agenda de audiências públicas;
- - O papel deste GT é observar, organizar, subsidiar, coordenar, supervisionar estas audiências? Vários GT's estão discutindo vários vetores de políticas públicas, mais a Senaes e sete ministérios, ninguém está juntando isso, o GT vai fazer isto?
- - Que instrumentos vai trazer subsídios para avaliar e acompanhar as ações?
-
- - Propostas para o GT:
- - Vão acontecer cinco Congressos Regionais de sistema público de emprego, a partir de junho. em agosto o congresso nacional ' GT acompanhar como observadores;
- - Subsidiar as conferências estaduais e a nacional com o tema da política pública (levantamento, elaboração de um documento, participar)
- - Acompanhamento do processo dos Centros públicos;
- - Organização de Políticas Públicas Municipais de ES;
- - Interface com política pública de trabalho e renda;
- - Integração do programa de ES em Desenvolvimento;
- - Primeiro conhecer tudo o que tem de política dentro dos 220 programas ;
- - Promover espaço para discussão dos papéis dos segmentos do FBES;
- - Sistema nacional de emprego, a Senaes não tem um acumulado. Junto com o movimento qual a posição em relação a este tema. A Senaes precisa discutir melhor com o FBES sobre sistema Público de emprego;
- - Verificar porque realmente nem todos os integrantes do GT estão vindo;
- - Qual o grau de legitimidade deste GT no FBES?
-
-
- ENCAMINHAMENTOS PARA O GT:
-
- - Participar dos congressos Regionais do Sistema público de emprego ' cada integrante do GT fica responsável para participar na sua região, na região que não houver integrante do GT, ver um gestor para participar, Sandra ajuda Deuzani (Secretaria Executiva) a organizar esta participação;
- - Construir um Plano de Trabalho para o GT, prestando atenção no tempo ' até 20 de junho ' Dione, Sandra e Allan;
- - Fazer o movimento de dialogar com o Ipea e trazer para dentro do GT - Dione;
- - Dione vai conversar com o Cunca (Fase) sobre a sua participação no GT;
- - Romeu vai conversar com Marcos Arruda (PACS) sobre a sua participação no GT;
- - Verificar com a Cáritas a sua participação;
- - Subsidiar as reuniões com textos anteriormente;
- - Conseguir material para subsidiar a participação nos congressos citados;
- - Deuzani (secretaria executiva) verificar datas dos congressos com Arnaldo da Catende (representante do FBES na discussão do sistema público de emprego=, se não conseguir falar com Dione;
- - Garantir representantes do GT nos congressos regionais.